

Informações Financeiras Intermediárias

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

30 de setembro de 2014
com Relatório dos Auditores Independentes sobre a revisão das
informações financeiras intermediárias

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Informações Financeiras Intermediárias

30 de setembro de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações financeiras intermediárias	1
--	---

Informações Financeiras Intermediárias

Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração do fluxo de caixa	7
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	9



Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações financeiras intermediárias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.
Brasília - DF

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão das informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) intermediária referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, elaborada sob responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, e considerada informação suplementar para as companhias de capital fechado, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 07 de novembro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-DF



Wagner dos Santos Junior
Sócio – Contador CRC – 1SP216386/0-1

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Balanço patrimonial
30 de setembro 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

	Notas	30/09/2014	31/12/2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	231.010	1
Impostos a recuperar		3.155	-
Despesas antecipadas	5	2.486	-
		236.651	1
Não circulante			
Adiantamento - partes relacionadas	6	4.706	-
Despesas antecipadas	5	4.170	-
Intangível	7	385.732	-
		394.608	-
Total do ativo		631.259	1
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	9.273	-
Arrendamento mercantil	9	333	-
Salários e encargos sociais		2.577	-
Obrigações fiscais	10	4.086	-
Contas a pagar – partes relacionadas		778	-
Outras obrigações	12	2.972	-
		20.019	-
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	297.246	-
Arrendamento mercantil	9	505	-
Provisão para manutenção	13	46.496	-
		344.247	-
Patrimônio líquido	14		
Capital social		261.000	1
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.430	1
Lucros (prejuízos) acumulados		4.563	(1)
Total do patrimônio líquido		266.993	1
Total do passivo e patrimônio líquido		631.259	1

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do resultado

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Notas	30/09/2014
Receita de construção	15	180.634
Custos de construção	16	(180.634)
Resultado bruto		-
Despesas operacionais, líquidas:		
Administrativas		(1.161)
Salários e encargos sociais		(904)
Administradores	17	(982)
Amortização		(107)
Total das despesas operacionais, líquidas		(3.154)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(3.154)
Resultado financeiro:		
Receitas financeiras		11.208
Despesas financeiras		(1.165)
Total do resultado financeiro	18	10.043
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		6.889
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(2.325)
		(2.325)
Lucro líquido do período		4.564
Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (em R\$)	14	0,017

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2014</u>
Lucro líquido do período		4.564
Outros resultados abrangentes		-
Total do resultado abrangente do período		<u><u>4.564</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

30 de setembro de 2014 e período de 30 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

	Capital social			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	AFAC		
Subscrição e integralização de capital	1	-	-	-	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1	-	1
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1	-	1	(1)	1
Subscrição e integralização de capital	379.999	(119.000)	-	-	260.999
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.429	-	1.429
Lucro líquido do período	-	-	-	4.564	4.564
Saldos em 30 de setembro de 2014	380.000	(119.000)	1.430	4.563	266.993

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais)

	<u>30/09/2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do período	4.564
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	
Amortização	107
Juros sobre empréstimos e financiamentos	41
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.325
Variação nos ativos e passivos	
Adiantamento – partes relacionadas	(4.706)
Impostos a recuperar	(3.155)
Despesas antecipadas	(6.656)
Fornecedores	9.273
Obrigações sociais e trabalhistas	2.577
Obrigações fiscais	1.761
Contas a pagar – partes relacionadas	778
Outras obrigações	2.972
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>9.881</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Adições ao ativo intangível	(335.713)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>(335.713)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Integralização de capital	260.999
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.429
Captações através de empréstimos e financiamentos	301.110
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(272)
Pagamento de juros e custos de empréstimos e financiamentos	(6.425)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>556.841</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>231.009</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>231.010</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>231.009</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do valor adicionado
Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014
(Em milhares de reais)

	<u>30/09/2014</u>
Receitas	<u>180.634</u>
Receita de construção	<u>180.634</u>
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(181.566)</u>
Custos de construção	<u>(180.634)</u>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>(932)</u>
Valor adicionado bruto	<u>(932)</u>
Amortização	<u>(107)</u>
Valor adicionado líquido consumido pela entidade	<u>(1.039)</u>
Valor adicionado recebido em transferência	<u>11.208</u>
Receitas financeiras	<u>11.208</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>10.169</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>10.169</u>
Pessoal	<u>1.544</u>
Remuneração direta	<u>1.465</u>
Benefícios	<u>27</u>
F.G.T.S.	<u>52</u>
Impostos, taxas e contribuições	<u>2.698</u>
Federais	<u>2.667</u>
Estaduais	<u>28</u>
Municipais	<u>3</u>
Remuneração de capitais de terceiros	<u>1.363</u>
Juros	<u>1.165</u>
Aluguéis	<u>198</u>
Lucro do período	<u>4.564</u>
Lucro do período	<u>4.564</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Concebra” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de janeiro de 2013 através da denominação social de Diana Participações e Investimentos S.A., sendo alterada para atual “Concebra” em 07 de janeiro de 2014, através de Assembleia Geral Extraordinária. A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, do sistema rodoviário do trecho da BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, totalizando 1.176,50 km, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos termos dos Edital de Concessão nº 004/2013 - com prazo fixado de 30 anos a partir de 31 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. Ao final da concessão a Companhia não fará jus a qualquer indenização, todos os bens da concessão ou investimentos nela realizados deverão ser integralmente depreciados ou amortizados.

A assinatura do Termo de Arrolamento dos Bens da Concessão Rodoviária foi realizada em 05 de março de 2014, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Estes investimentos estão sendo financiados por empréstimos de curto e de longo prazo e aporte de capital dos acionistas. Em 21 de janeiro de 2014, a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., controladora da Concebra, aportou R\$261 milhões para o projeto. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com início das operações previsto para o segundo semestre de 2015.

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão e emissão dessas informações financeiras intermediárias em 07 de novembro de 2014.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis

Preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2014.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.1. Moeda funcional

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, serão registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 e OCPC 05 - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado são mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Com base neste cenário, a Companhia determinou impraticável a definição de margem com relação às receitas de construção.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Receitas acessórias

Corresponderão às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Em 30 de setembro de 2014 a Companhia não apresenta itens que requeiram registro diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas por tipo de Receita	
	Pedágio	Demais
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00%	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,65%	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%	5,00%

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

As receitas são apresentadas na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas).

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme Portaria MT nº 164 de 24 de abril de 2014 e do Ato Declaratório Executivo DRF/Brasília nº 67 de 25 de junho de 2014. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

2.4. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

iii) Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

2.5. Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

2.7. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia, relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Ativos intangíveis--Continuação

Os ativos relacionados à concessão pública, são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização do ativo intangível, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.11. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para manutenção

A Companhia provisiona os valores contratuais para manutenção do seu ativo intangível, mensalmente, a valor presente, ao longo do período da concessão. Anualmente os valores provisionados serão reavaliados, e se preciso reajustados. A provisão para manutenção será reconhecida no ativo intangível em andamento até a data do início das operações com obtenção de receita.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das informações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos (período remanescente do atual contrato de concessão) e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Em 30 de setembro de 2014 não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Disponibilidades	1.139	1
Aplicações financeiras	<u>229.871</u>	-
	<u>231.010</u>	<u>1</u>

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor. Em 30 de setembro de 2014, as aplicações são remuneradas a taxas que variam entre 102% a 103% do CDI.

5. Despesas antecipadas

	<u>30/09/2014</u>
Gastos com apólices de seguros (i)	6.544
Outros gastos	<u>112</u>
	<u>6.656</u>
Parcela do circulante	2.486
Parcela do não circulante	4.170

(i) Seguros contratados para riscos de engenharia, com vencimento variando entre 1 e 5 anos e são amortizados pelo prazo da vigência.

6. Adiantamentos – partes relacionadas

A título de adiantamento, a Companhia antecipou o montante de R\$4.706 para a empresa ligada Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviárias Ltda.. Com o início da operação, prevista para o segundo semestre de 2015, a Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviárias Ltda. prestará serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços para a Companhia.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível

	Intangível em serviço	Intangível em andamento (ii)	Provisão para manutenção	Adiantamentos a fornecedores (i)	Total
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-
Construções/Aquisições	3.871	243.231	46.496	92.241	385.839
Saldo em 30/09/2014	3.871	243.231	46.496	92.241	385.839
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-
Amortização	(107)	-	-	-	(107)
Saldo em 30/09/2014	(107)	-	-	-	(107)
Valor residual líquido					
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2014	3.764	243.231	46.496	92.241	385.732
Taxa de amortização	5% a 20%	-	-	-	-

(i) Os adiantamentos são representados principalmente por atendimento a cláusula contratual junto à parte relacionada, Construtora Triunfo S.A., no montante de R\$86.792.

(ii) Do montante de Ativo Intangível em andamento, R\$180.634 são oriundos do contrato de empreitada global entre a Companhia e a Construtora Triunfo S.A.

Como a Companhia tomou emprestados recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados. As referidas capitalizações, líquidas da receita financeira gerada pelo investimento temporário dos recursos, ainda não tiveram efeito no Ativo Intangível até o mês de Setembro de 2014.

8. Fornecedores

Tipo de Fornecedor	30/09/2014
Construção civil	8.197
Tecnologia da informação e sistemas	784
Outros	292
	<u>9.273</u>

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Arrendamento mercantil

Tipo	Garantia	Indexador	30/09/2014
Financiamento de intangível – Arrendamento mercantil – Banco Safra	Alienação fiduciária	14,98% a.a.	<u>838</u>
			<u>838</u>
Parcela do circulante			<u>333</u>
Parcela do não circulante			<u>505</u>

10. Obrigações fiscais

	30/09/2014
Imposto de renda - IRPJ	<u>1.705</u>
Contribuição Social - CSLL	<u>620</u>
ISS retido de terceiros	<u>1.397</u>
Outros	<u>364</u>
	<u>4.086</u>

11. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos – BNDES

Descrição	30/09/2014
Empréstimos e financiamentos - BNDES	303.630
(-) Despesas de captação	(6.384)
	<u>297.246</u>

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das informações financeiras intermediárias. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no intangível, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente nas obras de melhoria e ampliação da infraestrutura das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262 (Nota 7).

Em 28 de julho de 2014, a Companhia obteve a liberação da primeira parcela de recursos do empréstimo-ponte com o BNDES, no montante de R\$300.000, que será amortizado em parcela única no dia 15 de janeiro de 2016 ou na data de desembolso da primeira parcela do financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, “Covenants”.

Empréstimo-ponte	Empréstimo aprovado (em milhões de R\$)	Encargos (a.a.)	Garantia
BNDES	1.060,2	TJLP + 2,00%	Fiança corporativa e/ou bancária, penhor e recebíveis (*)

(*) Os recebíveis serão oferecidos como garantias após a entrada em operação das praças de pedágio.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Outras obrigações

	<u>30/09/2014</u>
Verba de fiscalização	805
Segurança no trânsito	1.247
Recursos para Desenvolvimento Tecnológico – RDT	920
	<u>2.972</u>

O contrato de concessão prevê o repasse pela Concessionária à ANTT de verbas anuais, com pagamentos mensais, a título de “fiscalização”, para cobertura de despesas nesse processo, “segurança no trânsito”, que será destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e “recursos para desenvolvimento tecnológico – RDT”, aplicados a projetos e estudos que visem o desenvolvimento tecnológico de acordo com sua regulamentação.

13. Provisão para manutenção

A Companhia registrou provisão para manutenção relativa ao período de 2021 a 2024, descontando a valor presente à taxa interna de retorno de 14,12% a.a., conforme quadro abaixo:

	<u>30/09/2014</u>
Pavimentação	36.465
Proteção	6.809
Drenagem	2.272
Outros	950
	<u>46.496</u>

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito é de R\$380.000 representado por 380.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 30 de setembro de 2014, o capital social integralizado é de R\$261.000, que compreendem 261.000.000 ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia recebeu em 2014 da controladora TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. a quantia de R\$1.430 através de adiantamentos para futuro aumento de capital, que será integralizado até 31/12/2014.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido--Continuação

c) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e conseqüentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da companhia.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>30/09/2014</u>
Numerador	
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	4.564
Denominador	
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico e diluído	<u>261.000.000</u>
Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (em R\$)	0,017

d) Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

e) Política de distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social, 25% do lucro líquido ajustado como previsto na legislação societária brasileira são destinados para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

15. Receita de construção

O saldo refere-se à receita de construção dos ativos da concessão medidos e realizados até setembro de 2014.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Custos de construção

Os custos de construção referem-se as medições realizadas e aprovadas até 30 de setembro de 2014, está assim composto:

	<u>30/09/2014</u>
Pavimentação	51.338
Sistemas de drenagem	15.493
Roçada e poda vegetal	24.987
Elementos de sinalização e proteção	21.645
Duplicação de pista	44.495
Projetos executivos (para execução)	10.862
Outros	11.814
	<u>180.634</u>

17. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

Não existe na Companhia plano de bonificação adicional aos honorários dos membros do Conselho de Administração ou da diretoria executiva, ou quaisquer outros benefícios, sendo a remuneração composta unicamente por honorários.

O valor dos honorários pagos a diretoria até 30 de setembro de 2014 foi de R\$1.424, sendo R\$982 reconhecidos no resultado e R\$442 capitalizados no ativo intangível.

18. Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido, em 30 de setembro de 2014, está assim composto:

	<u>30/09/2014</u>
Receitas financeiras	
Rendimento sobre aplicações financeiras	<u>11.208</u>
	11.208
Despesas financeiras	
Juros sobre arrendamento mercantil	(30)
Despesas bancárias	(1.106)
Juros diversos	(29)
	<u>(1.165)</u>
	<u>10.043</u>

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social registrado em 30 de setembro de 2014 estão demonstrados abaixo:

	<u>30/09/2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.889
Alíquota nominal (IR de 25 % e CS de 9 %)	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	<u>(2.342)</u>
Parcela isenta do adicional de imposto de renda	17
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(2.325)</u>

a) Lei 12.973/2014 (anteriormente denominada "MP 627")

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido.

Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas informações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2014 e está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Cobertura de seguros

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, cobertura de seguro na modalidade Seguro Garantia - Fiança com o objetivo de garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

As apólices possuem renovações anuais, sendo consideradas suficientes pela Administração da Companhia para cobrir os riscos inerentes de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetistas, maquinários e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avarias de máquinas e perda de receitas, cujas etapas e respectivas coberturas de seguro e prazo de vigência, estão abaixo relacionadas:

Marcos contratuais	Valor da importância Segurada	Prazo de vigência
Risco patrimonial - Veículo	100% da tabela FIPE (i)	Jan/14 a Dez/14
Risco de Responsabilidade Civil, de Engenharia e Operacional	25.700	Fev/14 a Jan/15
Risco de Responsabilidade Civil e de Engenharia	133.600	Fev/14 a Jan/16
Garantia de execução da concessão	400.000	Jan/14 a Jan/15
Risco de Engenharia	2.907.398	Abr/14 a Mar/20

(i) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

21. Compromissos com a concessão

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 5 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2014	587.296
2015	561.434
2016	686.922
2017	1.035.926
2018	1.269.404
2019 até 2044	4.671.906
	<u>8.812.888</u>

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Compromissos com a concessão--Continuação

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de onze praças de pedágio; e
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2014 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- i. Aplicações financeiras - são classificadas como equivalentes de caixa.
- ii. Arrendamento mercantil – são mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.
- iii. Empréstimos e financiamentos: são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez e o Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de pedágio e no valor das suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 30 de setembro de 2014 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

a) Risco de taxas de juros

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

b) Risco de preço e valor de mercado

A estrutura tarifária planejada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato em 14,12% de TIR (Taxa Interna de Retorno).

c) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico - financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações.